



Vide Dec
30/19



DECRETO Nº 258, 27 de setembro de 2018.

PUBLICADO NO JORNAL
A VOZ DA SERRA
DIA 30 / 10 / 18
EDIÇÃO Nº 9677 PÁG 8

Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestações de serviços, nos termos do art.5º da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, revoga o Decreto 68 de 20 de março de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo;

DECRETA:

Art. 1º - Os pagamentos das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestações de serviços, deverá obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos e cada unidade administrativa, a estrita ordem cronológica das datas de apresentação das faturas, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente.

§ 1º A ordem cronológica de exigibilidade terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a data do recebimento da nota fiscal ou fatura pela unidade administrativa responsável pela gestão do contrato.

§ 2º - Para fins de cumprimento do estabelecido no caput deste artigo, cada gestor, fiscal de contrato ou servidor que receber o documento fiscal, pela entrega de bens, serviços ou obras, deverá declarar no verso do documento fiscal a data do seu recebimento.

§ 3º - Após o recebimento da nota fiscal/fatura, o fiscal deverá adotar as seguintes providências:

- a) se o valor da nota fiscal for igual ou inferior ao limite de que trata o inciso II do art. 24 de Lei 8666/93, atestar imediatamente o documento fiscal encaminhando-o ao Gestor do Contrato;
- b) os demais recebimentos, cujos valores sejam superiores ao limite a que se refere a alínea "a" as notas fiscais deverão ser atestadas em até cinco dias, com posterior envio ao Gestor do contrato.

§ 4º - Concluída a fase de análise documental e atestação da fatura, o gestor do contrato deverá encaminhar o processo ao Setor de Pré-Liquidação da Despesa, imediatamente nos casos das despesas cujos valores não ultrapassem ao limite previsto no inciso II do art. 24 de Lei 8666/93, e em até 15 dias corridos da data do recebimento do documento fiscal, para as demais despesas.

§ 5º - Ocorrendo qualquer situação que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, os prazos previstos neste artigo serão suspensos até a sua regularização, sendo o fornecedor reposicionado na lista classificatória a partir da regularização das falhas e/ou, caso seja necessário, da emissão de novo documento fiscal, momento em que será reiniciada a contagem dos prazos para liquidação e consequente pagamento.

§ 6º -O Departamento da Despesa deverá disponibilizar à Tesouraria, relações por fonte de recursos, contendo as liquidações efetuadas, organizadas por ordem cronológica da data de recebimento das faturas.

§ 7º - As despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 de Lei 8666/93, serão ordenadas separadamente, em lista classificatória especial de pequenos credores.

Art. 2º - O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo previsto no contrato, limitado:

I – no quinto dia útil subsequente a data da liquidação para despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei 8666/93, ou;

II – trinta dias contados do recebimento da nota fiscal ou fatura para os demais casos.

§ 1º - A Tesouraria quando do pagamento da despesa, deverá observar rigorosamente a cronologia da data de entrega das faturas.

§ 2º - A quebra da ordem cronológica de pagamentos somente ocorrerá quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente.

§ 3º - Consideram-se relevantes razões de interesse público as seguintes situações:

I – grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II – pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes do Governo Municipal, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

III – pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de um serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional;

Art. 3º Com referência às despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro de cada exercício, que venham a ser inscritas em Restos a Pagar, para efeito de cumprimento da ordem cronológica, deverá ser observado o que segue:

I – as despesas inscritas como restos a pagar processados, observada a estrita ordem cronológica da data de recebimento do documento fiscal, terão prioridade de pagamento sobre as que venham ser liquidadas no decorrer do exercício seguinte à efetiva inscrição e;

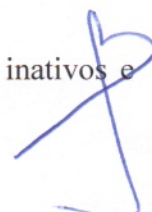
II – toda despesa registrada em restos a pagar não processados terá como marco inicial, para observância da ordem cronológica de pagamento, a data de entrega do documento fiscal.

Art. 4º -Não se aplicam as disposições deste Decreto as que digam respeito a despesas:

I – Com adiantamentos e diárias;

II – De pagamentos de vencimentos ou parcelas indenizatórias de salários, ativos, inativos e pensionistas;

III – Relativas a pagamentos de obrigações tributárias;



IV -Necessárias para dar cumprimento a ordem judicial, depósitos judiciais, precatórios, multas de entidades governamentais ou decisões do Tribunal de Contas;

V – Repasses às organizações da sociedade civil ou subvenções econômicas;

VI – Devolução de tributos municipais;

VII – Devoluções de transferências voluntárias;

VIII – despesas relativas aos serviços públicos essenciais de energia elétrica, água e esgoto, serviços postais monopolizados pela empresa brasileira de correios e telégrafos, e com a imprensa oficial.

Art. 5º - Os termos de referência e ou projeto básico, bem como as minutas de edital, deverão prever as regras constantes deste decreto.

Art. 6º - Com o fim de salvaguardar a transparência administrativa, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Secretaria de Fazenda deverá disponibilizar, mensalmente, no portal da transparência, a ordem cronológica de seus pagamentos, contendo a identificação do credor, bem como as justificativas que fundamentam a eventual quebra da ordem.

Art. 7º – Toda requisição para aquisição de produtos, deverá constar como endereço de entrega, obrigatoriamente, os almoxarifados específicos, excetuando-se os gêneros alimentícios, produtos para uso dos laboratórios, do hemocentro, material permanente e destinados a obras, que poderão ser recebidos pelas unidades de despesa.

Parágrafo Único – Os órgãos responsáveis pela liquidação da despesa deverão observar o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 8º- A inobservância do estabelecido neste Decreto, implicará aos responsáveis a sujeição das penalidades previstas na lei 8666/93.

Art. 9º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 68 de 20 de março de 2018.

Art. 10. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barão de Nova Friburgo, 27 de setembro de 2018.

RENATO BRAVO
Prefeito

